

PODCAST DO CORREIO

# Lacunas do direito sancionador

Jurista questiona os exageros presentes nas teses referentes às punições previstas nos acordos de deleção e de leniência

» CAETANO YAMAMOTO\*

O jurista Vanir Fridriczewski lança amanhã, em Brasília, o livro *Princípios Fundamentais de Direito Administrativo Sancionador no Brasil: da contenciosidade à consensualidade*. Ele antecipou detalhes sobre o conteúdo da publicação ao *podcast do Correio*.

Com atuação dedicada ao direito público e ao direito administrativo Sancionador, Fridriczewski explicou aos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Rosana Hessel que o debate sobre direito sancionador no Brasil é acompanhado de antagonismos muito fortes. Duas posições se mostram presentes, segundo o jurista, que propõe uma mediação equilibrada entre os dois extremos. Uma posição é mais punitiva, enquanto a outra é de punição mínima ou de não punição e, segundo o autor, esse antagonismo é percebido desde a Operação Lava-Jato ou até antes.

“Uma posição é mais punitivista, baseada na ideia de que tudo precisa ser punido, como se os fins

Correio Braziliense



Fridriczewski defende solução intermediária entre o excesso e a falta de punição

justificassem os meios, pois a sociedade clama por punição. Do outro lado, há uma corrente que defende o contrário: uma ideia de punição mínima ou de não punição.

Parece-nos que a solução não reside nos extremos”, destacou.

Para Fridriczewski, por viver em um Estado Democrático de Direito, os extremos não são compatíveis,

nem com o excesso de punição nem com a falta dela e o que se espera de uma democracia, na avaliação do autor, é o equilíbrio, assegurando a punição adequada.

“Nos últimos anos, esses embates se aprofundaram e talvez tenham se potencializado com a introdução de ferramentas como os acordos de leniência e a colaboração premiada, que são mecanismos consensuais para buscar o sancionamento”, frisou.

De acordo com o entrevistado, o grande problema é definir quais princípios e bases o sistema jurídico precisa ter para assegurar uma negociação consensual equilibrada, que garanta os direitos da sociedade e das vítimas lesadas, mas que também assegure os direitos e garantias fundamentais dos acusados.

“Buscamos construir princípios comuns ao Direito Sancionador que possam ser aplicados, com os devidos ajustes, tanto na esfera administrativa quanto na do direito penal e do processo penal”, ressaltou.

Segundo o especialista, as falhas no Judiciário podem ser resultantes de equívocos do condutor do direito — seja magistrado ou promotor — e da lacuna na legislação do Congresso. De acordo com ele, a Lei Anticorrupção e a lei que introduziu a colaboração premiada, criada por

pressão social em 2012, são positivas, mas incompletas.

“Por exemplo, na Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013), aplicada a pessoas jurídicas, há um grande debate no STF sobre quem pode negociar os acordos de leniência e em que extensão. Isso se liga ao segundo aspecto: a postura das instituições que atuam na temática. A falta de normas claras, somada à atuação das instituições, cria um cenário de insegurança jurídica que pode conduzir ora à punição excessiva, ora à impunidade”, afirmou.

Fridriczewski destaca que os principais fundamentos de seu livro são a tipicidade, em que a norma deve descrever claramente o fato ilícito para que o cidadão o conheça, e a anterioridade, pela qual a lei não pode retroagir para punir fatos passados como ilícitos administrativos ou penais.

O lançamento do livro será amanhã, às 18h, na livraria Da Vila, no Brasília Shopping.

\*Estagiário sob a supervisão de Edla Lula

CONFLITO NO ORIENTE

## G7 defende reabertura do Estreito de Ormuz

» RAFAELA GONÇALVES

A escalada das tensões no Oriente Médio dominou as discussões da reunião ministerial do G7 em Paris, e ampliou a preocupação das principais economias do mundo com os efeitos do conflito

sobre a inflação, o crescimento global e os mercados financeiros.

As interrupções no fluxo de petróleo pelo Estreito de Ormuz — uma das principais rotas de exportação de petróleo do planeta — levaram o grupo a defender a reabertura da passagem marítima

e reforçar apelos por estabilidade nos mercados de energia.

Em comunicado conjunto, os ministros das Finanças do G7 afirmaram que o agravamento do conflito aumenta as pressões sobre a economia mundial e pode aprofundar a volatilidade nos mercados. O grupo também pediu que os países evitem restrições arbitrárias às exportações e reforçou a necessidade de cooperação internacional para reduzir os impactos econômicos da crise.

O Estreito de Ormuz concentra

cerca de um quinto do petróleo transportado globalmente e se tornou um dos principais focos de preocupação do mercado desde a intensificação das tensões envolvendo Irã, Israel e Estados Unidos. O temor de interrupções no abastecimento elevou o preço do petróleo nos últimos dias e ampliou a aversão ao risco entre investidores.

Ontem, os contratos internacionais do petróleo passaram a operar em queda após o mercado reagir a sinais de avanço nas negociações entre Estados Unidos e Irã.

O barril do Brent, referência global da commodity, que na véspera havia atingido o maior patamar em quase duas semanas, chegou a recuar 2,73%, a US\$ 109,04. Ao fim do pregão, no entanto, reduziu parte das perdas e encerrou com baixa de 0,73%, cotado a US\$ 111,28 por barril.

Apesar do recuo pontual, analistas avaliam que a volatilidade deve permanecer elevada enquanto persistirem as incertezas geopolíticas na região. O movimento recente do petróleo reacendeu

temores inflacionários globais, sobretudo em economias dependentes da importação de energia e combustíveis.

No comunicado divulgado após a reunião, o G7 também demonstrou preocupação com os desequilíbrios nas contas correntes globais e defendeu maior monitoramento do tema pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

O G7 é formado por Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido, além da União Europeia.

# TAGUATINGA 68 ANOS

Taguatinga é o berço histórico, o coração pulsante e a força motriz que ajudou a construir a identidade do Distrito Federal.

Uma cidade que carrega tradição, pulsa com um comércio vibrante e abriga uma comunidade que valoriza suas raízes ao mesmo tempo em que se reinventa todos os dias.

Para essa data especial, o Correio Braziliense, o Aqui DF, a Clube FM e a TV Brasília apresentam um projeto exclusivo para gerar uma conexão única entre as marcas e um público qualificado, dinâmico e em constante movimento.



**Entre em contato com nosso comercial!**

Associe sua marca a um dos projetos mais estratégicos do DF.

Patrocínio:



Apoio:



Realização:



Promoção:

